



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CONSELHO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO N. 18, DE 20 DE AGOSTO DE 2015

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 4º e 5º, do Regimento do Conselho Superior, mediante as razões contidas no Processo nº 23327.000537/2015-87, **RESOLVE:**

Art. 1º – Aprovar a Minuta do Programa de Qualidade de Ensino do IF Baiano, de acordo com as deliberações do CONSUP.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor nesta data.

GEOVANE BARBOSA DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho Superior

AURELUCI ALVES DE AQUINO

SAYONARA COTRIM SABIONI

EBERSON LUÍS MOTA TEIXEIRA

EDUARDO DOS PASSOS BELMONTE

CARLITO JOSÉ DE BARROS FILHO

DUSTIN JUSTINIANO DE SANTANA FONSECA

CLÓVIS COSTA DOS SANTOS

LEURISMAR MARQUES FERREIRA

ODAIR CAMPOS SANTOS JUNIOR

JEFERSON CONCEIÇÃO SANTOS

GILIARDE ALVES DOS REIS

PHABLO ALEXANDRE LUCAS ANGELIM

CRISTIANE LEAL DA SILVA

ROBERTO FERREIRA RODRIGUES

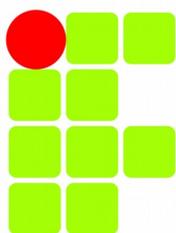
MARCELITO TRINDADE ALMEIDA

MANOELA FALCON SILVEIRA

ARIOMAR RODRIGUES DOS SANTOS

LIZZIANE DA SILVA ARGOLO

WELITON CLEY BISPO DO ROSÁRIO



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Baiano



POLÍTICA DE QUALIDADE DE ENSINO DO IF BAIANO

Aprovada através da Resolução nº 18, de 20 de agosto de 2015

PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN)

DEZEMBRO/2014

Rua do Rouxinol, N° 115 / Salvador – Bahia – CEP: 41.720-052
Telefone: (71) 3186-0001. Email: proen@ifbaiano.edu.br
Site: <http://www.ifbaiano.edu.br>

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Dilma Russef
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
José Henrique Paim Fernandes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

REITOR

Geovane Barbosa do Nascimento

DIRETOR EXECUTIVO

Denílson Santana Sodré dos Santos

PRÓ-REITORIAS

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

José Virolli Chaves

PRÓ-REITORIA DE ENSINO SUBSTITUTA

Hildonice de Souza Batista

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

Delfran Batista dos Santos

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Rita Vieira Garcia

DIRETORIAS SISTÊMICAS

GESTÃO DE PESSOAS

Rosilene Alves da Silva

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Saulo Leal dos Santos

CAMPI

BOM JESUS DA LAPA

Ariomar Rodrigues dos Santos

CATU

Oswaldo Santos Brito

GOVERNADOR MANGABEIRA

Manoela Falcon Silveira

GUANAMBI

Roberto Carlos Santana Lima

ITAPETINGA

Lizziane da Silva Argolo

SANTA INÊS

Nelson Viera da Silva Filho

SENHOR DO BONFIM

Aécio Araújo Passos Duarte

TEIXEIRA DE FREITAS

Marcelito Trindade Almeida

URUÇUCA

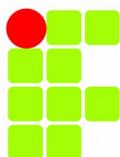
Euro Oliveira de Araújo

VALENÇA

Francisco Halley de Oliveira Mendonça

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Hildonice de Souza Batista	Professor do EBTT	Pró-Reitora de Ensino Substituta (Reitoria)
Helena Luiza Oliveira Coura	Pedagogo	Diretoria de Assuntos Estudantis (Reitoria)
Cayo Pablo Santana de Jesus	Professor do EBTT	Diretoria de Educação a Distância (Reitoria)
Mirna Ribeiro Lima da Silva	Professor do EBTT	Coordenadora Geral da Educação Superior (Reitoria)
Rosimeire Barauna Meira de Araújo	Professor do EBTT	Chefe do Núcleo de Apoio à Qualidade do Ensino (Reitoria)
Francineide Pereira de Jesus	Professor do EBTT	Coordenadora Geral da Educação Básica e Profissional (Reitoria)
Camila Magalhães Góes	Técnica em Assuntos Educacionais	Pesquisadora Institucional
Lizziane da Silva Argolo	Professor do EBTT	<i>Campus Itapetinga</i>
Mario Jorge P. da Mata	Professor do EBTT	<i>Campus Itapetinga</i>
Rosana Moura de Oliveira	Professor do EBTT	<i>Campus Itapetinga</i>
Marcelito Trindade Almeida	Professor do EBTT	<i>Campus Teixeira de Freitas</i>
Genilda de Souza Lima	Professor do EBTT	<i>Campus Teixeira de Freitas</i>
Welton Rodrigues Santos	Professor do EBTT	<i>Campus Teixeira de Freitas</i>
Nelson Vieira da Silva Filho	Professor do EBTT	<i>Campus Santa Inês</i>
Arlene Andrade Malta	Professor do EBTT	<i>Campus Santa Inês</i>
Rodrigo Octávio de C. Júnior	Professor do EBTT	<i>Campus Santa Inês</i>
Francisco Harley de O. Mendonça	Professor do EBTT	<i>Campus Valença</i>
Tatiana Sant'anna Souza	Professor do EBTT	<i>Campus Valença</i>
Célia Maria Pedrosa	Professor do EBTT	<i>Campus Valença</i>
Roberto Carlos S. Lima	Professor do EBTT	<i>Campus Guanambi</i>
Alexsandro S. Brito	Professor do EBTT	<i>Campus Guanambi</i>
Nivaldo Moreira Carvalho	Professor do EBTT	<i>Campus Guanambi</i>
Aécio José A. P. Duarte	Professor do EBTT	<i>Campus Senhor do Bonfim</i>
João Luis A. Feitosa	Professor do EBTT	<i>Campus Senhor do Bonfim</i>
Lilian da Silva Teixeira	Professor do EBTT	<i>Campus Senhor do Bonfim</i>
Oswaldo Santos Brito	Professor do EBTT	<i>Campus Catu</i>
Marcelo Oliveira Souza	Professor do EBTT	<i>Campus Catu</i>
Rita de Cássia B. Rocha	Assistente em	<i>Campus Catu</i>



	Administração	
Euro Oliveira Araújo	Professor do EBTT	<i>Campus Uruçuca</i>
Daniel C. P. de Oliveira	Professor do EBTT	<i>Campus Uruçuca</i>
Italanei Fernandes	Assistente de Aluno	<i>Campus Uruçuca</i>
Manoela Falcon Silveira	Professor do EBTT	<i>Campus Governador Mangabeira</i>
Marcos Vinicius P. da Silva	Professor do EBTT	<i>Campus Governador Mangabeira</i>
Lívia Tosta dos Santos	Professor do EBTT	<i>Campus Governador Mangabeira</i>
Elisa Eni Freitag	Professor do EBTT	<i>Campus Bom Jesus da Lapa</i>
Heron Ferreira Souza	Professor do EBTT	<i>Campus Bom Jesus da Lapa</i>

1. INTRODUÇÃO

É vasta a produção técnica e acadêmica acerca do tema *Qualidade* no campo educacional. No Brasil, esse debate se intensificou no início do século XX a partir do reconhecimento da relevância da escola para o processo de industrialização e modernização do país. Um dos movimentos com grande expressão nacional em prol de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade foi promovido pelos Pioneiros da Educação Nova, em 1932 (GADOTTI, 1996).

Entre os pilares que sustentaram o projeto educacional dos Pioneiros está a crença em uma educação para a formação cidadã, com intuito de oportunizar às pessoas, com as mais variadas origens e características, a possibilidade de uma ascensão social, por meio da aquisição de conhecimentos científicos, culturais, políticos e técnicos. Desde então, a ação do Estado na provisão dos meios para a expansão da educação pública passou a ser crescente, mas acompanhada de questões relativas a ampla demanda e dificuldades na universalização da oferta, bem como da redução da qualidade do ensino, mormente quando destinado às classes menos favorecidas.

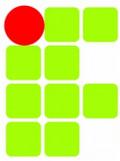
No entanto, algumas críticas são tecidas com referência aos efeitos produzidos pelo projeto educacional do movimento dos Pioneiros, por se tratar de uma proposta que não alcançou as classes menos favorecidas, impedindo o desenvolvimento de instituições de ensino comprometidas com a ampla formação cidadã. Dermeval Saviani (1980, p.9) sinaliza,

ao enfatizar a “qualidade do ensino” ela deslocou o eixo de preocupação do âmbito político (relativo à sociedade em seu conjunto) para o âmbito técnico-pedagógico (relativo ao interior da escola), cumprindo ao mesmo tempo uma dupla função: manter a expansão da escola em limites suportáveis pelos interesses dominantes e desenvolver um tipo de ensino adequado a esses interesses.

Desde o movimento de redemocratização do país, na década de 1980, e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelece em seu Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, o Estado tem se mobilizado na proposição de políticas para a ampliação do acesso à educação. A Política Nacional de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, promoveu uma significativa ampliação da rede federal para atendimento dessa modalidade de ensino no cenário educacional brasileiro. Essa Política vem acompanhada de um compromisso com a justiça social e com o desenvolvimento local e regional, por meio da democratização e interiorização da oferta de educação pública para a população do país. Assim, a implementação dessa proposta retoma a discussão necessária sobre quantidade e qualidade, tendo em vista que além do acesso é imprescindível assegurar a permanência e o êxito dos(as) estudantes.

As antigas Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica, em seu percurso histórico, foram socialmente reconhecidas como instituições que promoviam uma formação de qualidade, tanto para inserção dos seus egressos no mundo do trabalho quanto para a continuidade nos estudos, favorecendo o acesso a outros níveis de formação. O desafio que está posto à conjuntura atual é justamente a busca do equilíbrio entre essa expansão quantitativa da rede, conservando a dimensão qualitativa do processo formativo, característico destas instituições.

Uma proposição de melhoria da qualidade no processo formativo, refletida na inserção social dos sujeitos no mundo do trabalho perpassa pelo reconhecimento de que as instituições de ensino são células de um tecido social heterogêneo, que contribuem com o movimento constante de alteração desse contexto e sofre dele os impactos em sua forma de atuação. Portanto, trata-se de um processo alinhado aos avanços e retrocessos sociais.



Assim, compete a cada Instituto Federal um primoroso diagnóstico que evidencie as condições humanas e materiais necessárias para o desenvolvimento pleno do processo ensino-aprendizagem, das ações de pesquisa e extensão, das quais resultarão os índices quantitativos, tais como aprovação, retenção, evasão, empregabilidade etc. Nesse entendimento, reconhecemos a complexa tarefa de dimensionar a qualidade, contudo, esse processo pode ser simplificado se deslocarmos o foco para as condições favoráveis a essa qualidade, tentando ao máximo prover as instituições desses requisitos e nos antecipando a situações que causem impacto negativo nesse processo. Trata-se de uma constatação simples, todavia, a sua implementação reserva muitos entraves no cenário pedagógico e administrativo de instituições de ensino.

Na tentativa de minimizar esses entraves, essa Política, por meio de uma abordagem sistêmica, tenta articular os meios para a efetivação das condições para o desenvolvimento de um projeto educacional de qualidade (ensino, pesquisa e extensão), para os cursos da EPTNM e de graduação, desenvolvidos no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano.

Segundo Dourado (2007), a busca por melhoria da qualidade do exige medidas não só no campo do ingresso e da permanência, mas requer ações que possam reverter a situação de baixa qualidade na educação dessas classes, o que pressupõe, por um lado, identificar os condicionantes da política educacional, e por outro, sobre a construção de mudança do quadro atual. O conceito de qualidade não pode ser reduzido a rendimento acadêmico. Devem ser levados em consideração a diversidade e heterogeneidade acadêmica e social presente no público-alvo desses Institutos.

Parte-se do princípio de que uma educação de qualidade não é um privilégio e sim um direito de todo cidadão brasileiro, garantido na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. Em conformidade com a perspectiva apresentada, essa Política propõe a interlocução entre diferentes variáveis que interferem diretamente na qualidade do ensino, a saber: gestão administrativa e pedagógica, formação de

professores(as), práticas pedagógicas e infraestrutura. E será orientada pelos seguintes princípios: gestão compartilhada e participativa, respeito à diversidade, inclusão, cooperação, formação cidadã e compromisso social.

2. JUSTIFICATIVA

A criação dos Institutos Federais pela Lei 11.892/2008 imprimiu uma nova dinâmica ao funcionamento de unidades de ensino que antes gozavam da condição de autarquia federal. Nessa condição se adequam boa parte dos *Campi* que compõe o Instituto Federal Baiano. Foram agregadas novas demandas de formação com a possibilidade de atuar em novos níveis e modalidades de ensino, bem como em diferentes campos de atuação no que tange à pesquisa e à extensão, essa articulação de forma efetiva é fundamental para a perspectiva da qualidade educacional. Além disso, o significativo investimento de recursos destinados à Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica possibilitou a ampliação da oferta de vagas.

Contudo, todo processo de mudança vem acompanhado de situações nem sempre dimensionadas no ato de prospecção de uma política, portanto, apesar de decorridos cinco anos do início do processo de implementação o IF Baiano se depara com alguns desafios para a manutenção da qualidade na oferta de cursos, para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, para ações de extensão. Nota-se também nesse cenário uma ação bastante efetiva dos órgãos de controle externo com relação à necessidade de se comprovar a utilização dos recursos públicos por meio de resultados de desempenho.

Parte dos desafios foram evidenciados pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº. 506 de 2013. Nesse documento foram apresentadas fragilidades nos Institutos Federais que comprometem diretamente a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Apesar de mencionar fatores extra institucionais, nota-se a ênfase nos dados relativos ao desempenho acadêmico dos discentes (evasão, retenção e conclusão), bem

como aspectos relacionados à infraestrutura e qualificação de recursos humanos.

Como recomendação à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação, o Tribunal de Contas da União estabelece a necessidade de providências imediatas em várias dimensões institucionais, entre as quais destacamos algumas que serão foco dessa Política interna do IF Baiano. Assim, o Tribunal de Contas da União recomenda que a SETEC/MEC:

a) institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado ao tratamento da evasão na Rede Federal de Educação Profissional;

b) institua, em conjunto com os Institutos Federais, plano voltado a ampliar as ações de inserção profissional de alunos da Rede Federal de Educação Profissional;

c) adote, em conjunto com os Institutos Federais, medidas voltadas a promover maior integração entre ensino, pesquisa e extensão;

d) adote, em conjunto com os Institutos Federais, medidas voltadas a promover a redução do déficit de docentes e técnicos de laboratório na Rede Federal de Educação Profissional;

e) promova mapeamento de necessidades de desenvolvimento profissional dos docentes, técnicos de laboratório e pessoal de apoio administrativo envolvido com as áreas de licitação e contratos, e que, com base nesse levantamento, desenvolvam-se programas específicos de capacitação, presenciais ou a distância, que possam ser adotados e compartilhados por todas as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional.

f) estabeleça, em atendimento ao previsto nos Acordos de Metas e Compromissos, um plano voltado a desenvolver e implantar, em nível nacional, um sistema de avaliação dos cursos técnicos.

Tendo em vista esses encaminhamentos e com base em diagnósticos internos do IF Baiano, constata-se a necessidade de medidas efetivas em âmbito institucional em favor da qualidade do processo ensino-aprendizagem e seus desdobramentos para a comunidade local e regional.

Convém destacar que não se trata da proposição de ações isoladas, mas da integração entre projetos, atividades e ações em desenvolvimento ou a serem implantadas no IF Baiano, que cooperem para a qualidade dos cursos ofertados. Sendo assim, o acompanhamento visa unir esforços em torno da melhoria constante dos processos institucionais que estejam vinculados ao processo ensino-aprendizagem.

3. DIMENSÕES E GESTÃO DA POLÍTICA

São propostas quatro dimensões principais para orientar o desenvolvimento dos objetivos e ações dessa Política de Qualidade, são elas: **Pedagógica, Gestão, Formação Continuada e Infraestrutura**, das quais serão desenvolvidos e implantados programas institucionais com foco na melhoria da qualidade da oferta educacional.

Na dimensão Pedagógica, os esforços se concentrarão na integração de ações entre o ensino-pesquisa-extensão, na melhoria do desempenho educacional, com medidas para a redução dos índices de evasão e retenção e elevação dos índices de permanência e êxito, em consonância com ações relativas a outras dimensões dessa política.

No que concerne à Gestão, trata-se de reforçar a necessidade de um planejamento de curto, médio e longo prazo e implantar sistemática de acompanhamento desses planos no intuito do alcance dos objetivos estabelecidos nessa Política.

A Formação Continuada para os(as) servidores(as) envolvidos(as) diretamente com os cursos de nível médio técnico e de graduação do IF Baiano é uma demanda real, tendo em vista que alguns profissionais que ingressam na rede não são oriundos de cursos de licenciatura e nem sempre dispõem de conhecimentos pedagógicos. Além disso, há uma constante necessidade de se atualizar tendo em vista a amplitude das teorias educacionais, bem como as novas demandas apresentadas pelos discentes frente às inovações tecnológicas e o dinamismo do mundo do trabalho.

O desenvolvimento de uma educação de qualidade perpassa também pela garantia de insumos e infraestrutura física que auxilie o desenvolvimento das práticas de ensino e favoreça a aprendizagem significativa. Desse modo, a última dimensão se ocupa do estabelecimento de uma infraestrutura propícia ao bom funcionamento dos cursos.

A gestão da Política de Qualidade está amparada em quatro pilares formados por **Planejamento, Monitoramento, Acompanhamento de Egressos e Avaliação**, com o propósito de estruturar questões relacionadas às dimensões elencadas e apresentar elementos para uma reflexão sobre as ações desenvolvidas em âmbito institucional e orientar a proposição de novas ações, coerentes com o perfil dos(as) estudantes, a capacidade da instituição e as demandas do mundo do trabalho.

O Planejamento será composto de diagnóstico da situação de cada *campus* com referência às quatro dimensões apresentadas, com o intuito de identificar as demandas prioritárias com impacto direto na qualidade dos cursos. Com base nesse diagnóstico será elaborado pela equipe gestora do *campus* um Plano de Ação, com medidas preventivas e/ou corretivas acerca dos aspectos prioritários, com vista ao alcance dos objetivos estabelecidos nos programas que compõem essa Política.

O Monitoramento visa subsidiar a gestão no processo de desenvolvimento do Plano de Ação, com a utilização de sistema no qual serão lançadas as ações, os responsáveis e os prazos de execução.

O Acompanhamento dos Egressos é uma ação de fundamental importância para a análise sobre a atuação da instituição no contexto em que ela se insere, possibilitando uma atualização constante dos cursos, no tocante à proposta curricular e a interlocução com os arranjos produtivos locais e regionais, bem como com o mundo do trabalho.

O sistema de avaliação dos cursos tem o propósito não só de verificar o desempenho dos(as) estudantes em termos quantitativos, mas de acompanhar o processo ensino-aprendizagem por meio do diagnóstico prévio de deficiências que possam dificultar a qualidade do ensino. Visa também identificar e valorizar boas práticas que possam ser aproveitadas em âmbito

institucional que contribuam para o aprimoramento das metodologias e técnicas de ensino. Pretende-se com essa ação construir uma rede de conhecimentos pedagógicos e de gestão que fortalecerá a identidade institucional. Nesse entendimento, a participação dos(as) estudantes deve ser considerada e valorizada como parte integrante de um processo formativo, voltado para o desenvolvimento do senso crítico e do exercício da cidadania.

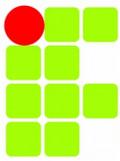
4. OBJETIVOS

4.1 Geral

- Elevar a qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão, e da aprendizagem nos cursos da EPTNM e de graduação do IF Baiano estabelecendo como parâmetro a formação cidadã, o reconhecimento social e a inserção qualificada dos(as) estudantes no mundo do trabalho, por meio da implantação da Política de Qualidade em âmbito institucional.

4.2 Específicos

- Possibilitar a participação de servidores(as) que atuam na EPTMN e na graduação em cursos de formação continuada e em serviço com foco na melhoria das práticas pedagógicas e administrativas;
- Implementar ações de melhoria do desempenho acadêmico e combate à evasão em todos os *Campi* do IF Baiano;
- Desenvolver estratégias de gestão que possibilitem o acompanhamento e o monitoramento de ações em prol da qualidade nos cursos técnicos;
- Assegurar infraestrutura adequada ao pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e espaços de integração entre os(as) estudantes;



- Implantar sistemática de acompanhamento de egressos como estratégia para revisão das propostas de curso e avaliação da efetividade do processo formativo nos cursos técnicos.

5. PROGRAMAS E AÇÕES

5.1 Programa de Melhoria do Desempenho Acadêmico e Combate à Evasão

Esse Programa visa o desenvolvimento de ações com intuito de identificação e correção das distorções e entraves no processo ensino-aprendizagem, no desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, bem como o diagnóstico de elementos que podem ocasionar a retenção e evasão escolar, possibilitando assim a realização de ações preventivas por parte da equipe gestora local em articulação com as Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão. Suas ações principais são:

- Implantar em todos os *Campi* o Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando, previsto no Regimento Geral do IF Baiano;
- Criar estratégias para a melhoria do desempenho acadêmico dos(as) estudantes da EPTNM e de Graduação, com a institucionalização de cursos nivelamento, programas de tutoria acadêmica e ampliação das bolsas de monitoria;
- Identificar as causas da evasão e desenvolver um planejamento para combatê-las, por meio do acompanhamento efetivo de discentes com probabilidade de evadir;
- Tornar obrigatória, no âmbito institucional, a divulgação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e o perfil do egresso para que os candidatos tenham acesso antes da participação em processo seletivo;

- Criar Projeto Institucional de divulgação dos cursos e do Instituto para estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública municipal e estadual de ensino, bem como para os(as) estudantes de Graduação e portadores(as) de diploma.
- Assegurar o quantitativo necessário de assistente social, psicólogo e pedagogo nos *Campi* para o acompanhamento de estudantes propensos(as) à evasão por questões socioeconômicas e dificuldades de aprendizagem.
- Estimular o desenvolvimento de projetos institucionais e a participação de estudantes em atividades artísticas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão associadas às reais necessidades socioeconômicas locais.

5.2 Programa de Valorização e Formação Continuada e em Serviço para Profissionais do Ensino

O objetivo do Programa é a promoção do desenvolvimento profissional de docentes e técnicos(as) por meio da formação continuada e em serviço como forma de contribuir com a valorização desses servidores(as) e estimular práticas administrativas e pedagógicas inovadoras que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino. As ações previstas são:

- Possibilitar formação continuada e em serviço aos/às docentes do Instituto para o desenvolvimento de novas metodologias e técnicas de ensino em conformidade com os avanços tecnológicos e inovações da área de conhecimento.
- Compartilhar experiências pedagógicas de construção do conhecimento na formação continuada de professores(as).
- Propor medidas de incentivo à fixação do docente ao *campus*.
- Promover melhorias nas condições de trabalho, favorecendo um profícuo desenvolvimento da competência docente.

- Disponibilizar recursos materiais e equipamentos para o planejamento e o desenvolvimento efetivo das aulas teóricas e práticas.

5.3 Programa de Aperfeiçoamento da Gestão

O domínio de métodos e técnicas de gestão pautados no planejamento, no acompanhamento das ações e na avaliação será fundamental para o bom funcionamento dos programas que constam nessa Política. Também considera-se relevante a implantação de sistema de monitoramento que permita intervenções em tempo apropriado à resolução de possíveis entraves nas condições necessárias ao processo de ensino-aprendizagem. Suas ações principais são:

- Desenvolver e implantar programa de acompanhamento e monitoramento do planejamento das ações voltadas ao atendimento das dimensões traçadas nessa Política.
- Promover capacitação para servidores(as) técnicos(as) envolvidos(as) diretamente com ações relacionadas aos cursos da EPTNM e de graduação.
- Desenvolver e implantar sistemática de avaliação dos cursos da EPTNM e de graduação no âmbito do IF Baiano.

5.4 Programa de Revitalização e Ampliação de Espaços Pedagógicos e de Convivência

Os espaços pedagógicos, além de favorecerem a relação teoria e prática, essencial no processo formativo, permitem aos(às) educandos(as) testar hipóteses e construir novos conhecimentos, tornando a formação sólida e significativa.

Quanto aos espaços de convivência, considera-se a sua importância por promover a integração dos(as) estudantes na instituição, por meio do envolvimento em atividades coletivas que promovam o fortalecimento de vínculos humanos e humanizadores.

Esses espaços devem ser implantados e revitalizados como estratégia para colaborar com a redução dos índices de evasão escolar. Assim, o objetivo do Programa será alcançado à medida que forem asseguradas constantes manutenção, ampliação física e atualização de mobiliário, acervo e equipamentos. Para tanto, tornam-se necessárias as seguintes medidas:

- Estabelecer as condições de infraestrutura física necessária à qualidade dos cursos técnicos e de graduação por meio de diagnóstico nos diferentes *Campi* da Instituição.
- Elaborar plano de ajuste estrutural com base nas condições necessárias para a qualidade dos cursos técnicos e de graduação em cada *campus*.
- Manter em constante atualização e ampliação o acervo bibliográfico voltado aos conteúdos dos cursos técnicos e de graduação.
- Revitalizar os laboratórios de informática dos cursos, assegurando o bom funcionamento dos equipamentos eletrônicos e da rede de internet.
- Promover a manutenção e ampliação dos laboratórios experimentais e unidades de práticas educativas.
- Criar e manter espaços de convivência para a socialização dos(as) estudantes, estimulando o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais e esportivas.

5.5 Programa de Acompanhamento de Egressos

O Programa de acompanhamento de egressos tem o propósito de fornecer à Instituição informações sobre o itinerário profissional, as quais poderão ser confrontadas com as propostas de cursos em vigor no Instituto, favorecendo a identificação da aderência dos mesmos nos contextos local,

regional e nacional bem como permite uma constante atualização dos currículos. São ações prioritárias desse Programa:

- Regulamentar em âmbito Institucional a criação do Núcleo de Acompanhamento dos Egressos.
- Implantar sistema de acompanhamento de egressos e sua inserção no mundo do trabalho.
- Avaliar a relação dos cursos ofertados pelo IF Baiano com os arranjos sócioprodutivos locais e regionais.
- Avaliar a relação dos cursos de graduação com o mundo do trabalho e com a continuidade do processo de escolarização.
- Analisar e reestruturar periodicamente os Projetos de Curso com base nos resultados do acompanhamento dos egressos e das transformações nos arranjos produtivos locais e regionais.
- Revitalizar o Portal do Egresso do IF Baiano para a ampliação da parceria entre Instituto e associações, cooperativas, empresas e outras formas de organização do trabalho, mantendo atualizado o banco de dados sobre a situação dos ex-alunos da Instituição.
- Promover cursos de atualização e aperfeiçoamento para egressos.
- Promover eventos acadêmicos, comunitários e culturais para a reintegração dos egressos às atividades desenvolvidas no *campus*, oportunizando a socialização e a troca de experiências entre esses e os cursistas e a atualização do banco de dados da Instituição.

6. METODOLOGIA PARA IMPLANTAÇÃO

A Política de Qualidade do Ensino é uma proposição da Pró-Reitoria de Ensino mediante coordenação da Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento do Ensino com auxílio do Núcleo de Apoio à Qualidade do Ensino. Todavia, a implementação requer um esforço coordenado e

compartilhado entre Reitoria e *Campi* para desenvolvimento das estratégias de alcance dos objetivos propostos em cada Programa apresentado.

Na etapa inicial será elaborado um diagnóstico por *campus* para identificar as condições de oferta dos cursos técnicos e de graduação, o qual subsidiará o levantamento das necessidades prioritárias e a construção dos indicadores para o monitoramento das ações que serão elaboradas.

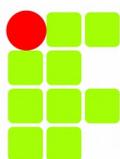
A equipe gestora deverá ter amplo conhecimento sobre os objetivos e a operacionalização dessa Política, bem como se faz necessária a capacitação da equipe técnica vinculada ao setor pedagógico, que será de grande relevância para a implantação da política, principalmente para a utilização e constante atualização dos sistemas de acompanhamento e monitoramento das ações planejadas.

Cada *campus* deverá instituir o Núcleo de Apoio ao Processo Ensino-aprendizagem para desenvolver estratégias locais de planejamento e acompanhamento de ações para a qualidade do ensino, bem como para acompanhamento dos egressos e atuar em parceria com a assessoria de comunicação para atualização constante de banco de dados institucional.

Quanto à avaliação dos cursos esta ocorrerá anualmente. Para tanto, caberá à Diretoria Acadêmica de cada Campus definir a criação das concepções, diretrizes e instrumentos de avaliação dos cursos da EPTNM e de graduação, considerando as dimensões: condições materiais do *campus*; condição de trabalho dos docentes; organização e apoio pedagógico; estrutura da gestão.

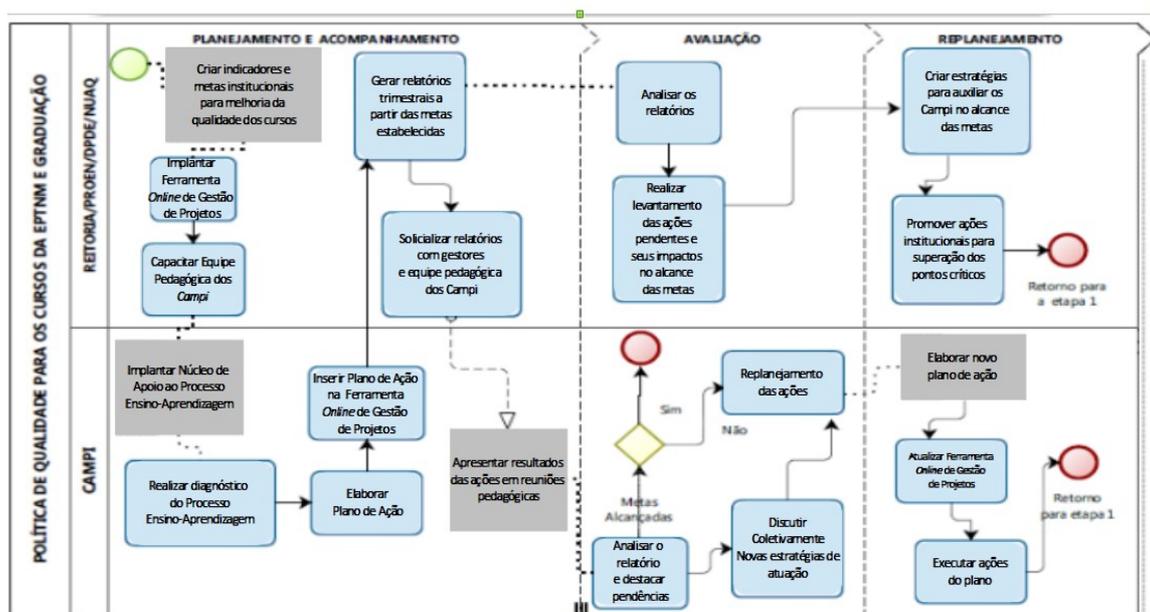
A estrutura de funcionamento da Política está amparada no compartilhamento de atribuições entre Reitoria e *Campus*, sendo a primeira responsável pelo estabelecimento dos mecanismos de acompanhamento e monitoramento, bem como por fornecer o suporte e as orientações necessárias às equipes locais para o cumprimento dos objetivos propostos.

O acompanhamento e o monitoramento do processo será efetuado por Ferramenta Online de Gestão de Projetos, ambiente em que serão lançados os planos de ação para os problemas detectados em cada *campus*, com



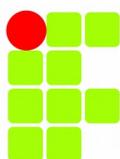
estabelecimento de metas e prazos para o desenvolvimento das ações. Deverão ser gerados relatórios trimestrais para socialização dos resultados alcançados e replanejamento de ações.

7. ESTRUTURA DA POLÍTICA



8. ETAPAS

Ações	Unidade Responsável
1. Elaborar indicadores e metas institucionais para melhoria da qualidade dos cursos, bem como ferramentas e instrumentos para diagnóstico e avaliação das ações desenvolvidas	Reitoria/PROEN
2. Implantar sistema para planejamento e acompanhamento das ações – Ferramenta <i>Online</i> de Gestão de Projetos	Reitoria/PROEN
3. Capacitar equipe pedagógica dos <i>Campi</i>	Reitoria/PROEN
4. Implantar o Núcleo de Apoio ao Processo Ensino-aprendizagem	<i>Campus</i>
5. Realizar diagnóstico do processo ensino-aprendizagem	<i>Campus</i>
6. Elaborar plano de ação a partir do diagnóstico	<i>Campus</i>
7. Inserir plano de ação na Ferramenta <i>Online</i> de Gestão de Projetos.	<i>Campus</i>
8. Gerar relatórios trimestrais a partir dos indicadores e metas estabelecidos e socializar com gestores e equipe pedagógica dos <i>Campi</i>	Reitoria/PROEN



9. Apresentar os resultados em reuniões pedagógicas para análise e levantamento das pendências	<i>Campus</i>
10. Discutir novas estratégias de atuação para replanejamento das ações	<i>Campus</i>
11. Elaborar novo plano de ação e atualizar a Ferramenta <i>Online</i> de Gestão de Projetos	<i>Campus</i>
12. Analisar os relatórios e realizar levantamento das pendências e seus impactos no alcance das metas estabelecidas	Reitoria/PROEN
13. Criar estratégias para auxiliar os <i>Campi</i> no alcance das metas e promover ações para superação dos pontos críticos	Reitoria/PROEN

9. AVALIAÇÃO

A avaliação de uma Política visa possibilitar o seu aperfeiçoamento contínuo, por meio da identificação dos avanços obtidos com as ações, bem como os entraves e desafios inerentes à implantação de uma nova perspectiva e gestão das atividades pedagógicas e administrativas, objetivando o aumento da qualidade na oferta dos cursos. Nessa perspectiva, a avaliação se torna uma importante ferramenta não só para o alcance dos objetivos delineados, mas também para readequá-los à dinâmica que envolve o campo educacional.

O processo avaliativo acontecerá anualmente ao final do período letivo por meio de instrumentos próprios para aferição do alcance dos objetivos estabelecidos. Os dados e informações resultantes desse procedimento constará em relatório para a divulgação junto à comunidade interna e externa. Também se constituirá como documento para orientar a equipe gestora na reflexão sobre as condições estruturais dos seus respectivos *Campi* e no replanejamento das ações. O relatório será divulgado na comunidade interna, como forma de assegurar a transparência na gestão e estimular o envolvimento e a participação de todos na melhoria dos cursos em que atua direta ou indiretamente.

A avaliação deve ser parte integrante de toda proposta que visa a melhoria em seus processos. Assim, busca-se o desenvolvimento de estratégias que permitam aferir os avanços alcançadas com as medidas

adotadas em função dessa Política, bem como fornecer elementos para orientar o planejamento, em um ciclo ininterrupto de construção dos meios para uma melhoria contínua no processo educacional.

10. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília, DF: INEP, 2007.

GADOTTI, M. *História das Ideias Pedagógicas*. 8º edição, 5ª impressão, editora Ática, 1996.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

Geovane Barbosa do Nascimento
Reitor